

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

As Instituições Internacionais e São Tomé e Príncipe como parceiros na promoção da Educação

Ana Luísa dos Ramos Quaresma Alcântara

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientadora: Doutora Sandra Mateus, Professora Auxiliar Convidada
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2021



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

As Instituições Internacionais e São Tomé e Príncipe como parceiros na promoção da Educação

Ana Luísa dos Ramos Quaresma Alcântara

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientadora: Doutora Sandra Mateus, Professora Auxiliar Convidada
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2021

Dedicatória

Dedico esta Dissertação de Mestrado aos meus sobrinhos, e ao Didier Elves Lavres. Aos meus sobrinhos, vocês são minha motivação, e inspiração diária. Ao meu irmão de alma Didier Lavres, só tenho a agradecer por seres meu melhor amigo, e uma das melhores pessoas que conheci na minha vida.

Obrigada por estarem comigo.

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a Deus pelo dom da vida, e por me guiar na minha trajetória até aqui. Ao longo destes dois anos tem sido um privilégio fazer parte do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa. Além de ter ingressado num curso de meu interesse, pude beneficiar-me de uma vasta gama de informações, conheci os meus colegas de turma, e tive experiências que contribuíram e têm contribuído para a minha formação académica e pessoal. A minha e eterna gratidão à Fundação Calouste Gulbenkian, que possibilitou que um dos meus maiores sonhos se concretizasse. Obrigada por terem confiado em mim, apoiado financeira e emocionalmente ao longo destes cinco anos. Os meus especiais agradecimentos à Doutora Margarida Abecassis e a Doutora Margarida Cunha, sinto-me muito honrada em ter feito parte desta Fundação.

Os meus sinceros e profundos agradecimentos a minha orientadora Sandra Mateus, que esteve comigo ao longo da minha trajetória, desde a optativa de Sociologia do Desempenho Escolar, com a qual eu fiquei muito entusiasmada, até a elaboração desta Dissertação. Obrigada, nunca será suficiente para agradecer tudo o que fez e tem feito por mim, não só como orientadora/ professora, mas por ser uma das pessoas mais dedicadas e motivadoras que eu conheço.

Quero agradecer ao professor José Manuel Henriques, pelas suas aulas tão cativantes, e por sempre se disponibilizar para ajudar-me quando precisei. Agradeço também à professora Helena Botelho (Professora na Universidade Pública de São Tomé e Príncipe), pela sua disponibilidade e simpatia a fornecer-me alguns dos materiais que utilizei no decorrer do trabalho, e pelo seu interesse. De forma geral agradeço a todos os meus professores pela aprendizagem e os momentos memoráveis. Agradeço também outros membros do corpo docentes da Instituição, desde funcionários da cantina, até aos encarregados de limpeza.

Quero expressar meu amor incondicional e minha gratidão à minha família, por me apoiar e estar sempre comigo. A minha amada mãe, minhas irmãs, meu irmão, minha prima Denisy e os meus sobrinhos, muito agradecida por sempre me incentivarem a prosseguir com os meus estudos. Aos meus irmãos de coração, melhores amigos e segunda família (Gicelma Sousa, Marluce Amaral, Vicente Coelho, Iredy Boa Morte, Albinize Fonseca, Didier Lavres e Pedro Cravo), obrigada por estarem comigo desde sempre, sou muito afortunada por ter-vos na minha vida e pelo vosso apoio constante.

Meus agradecimentos a Gisela Neto e aos meus colegas de turmas e todos quanto fizeram parte da minha jornada meu sincero obrigada.

Sumário

O Setor Educativo está em constantes mudanças influenciadas pelos fenómenos da globalização. As Instituições Internacionais são importantes na formulação e coordenação das políticas educativas a nível mundial, e na Internacionalização da Educação. Este trabalho tem como objetivo de estudo compreender como as Instituições/Organizações Internacionais influenciaram o sistema educativo em São Tomé e Príncipe (STP), bem como a qualidade de ensino neste país. Pretende-se identificar os impactos que as recomendações destas organizações tiveram no setor educativo do país. Foi adotada uma metodologia qualitativa, onde se buscou evidências desta influência e parceria no setor educativo, através da análise documental. Os documentos recolhidos sobre São Tomé e Príncipe pertencem ao Ministério de Educação e Ensino Superior (MEES), e o Instituto Marquês de Vale Flôr (IMVF). A análise tornou evidentes as melhorias significativas a nível educativo em São Tomé e Príncipe com estas parcerias e apoios. Em contrapartida ficou claro que existe grande dependência do país face ao apoio internacional, bem como na ajuda para melhorar nas suas políticas educativas e ensino de forma generalizada.

Palavras Chave:

Internacionalização da Educação; Globalização da Educação; Educação; São Tomé e Príncipe; Desenvolvimento.

Abstract

The Education Sector is in constant change influenced by the phenomena of globalisation. International Institutions are important in the formulation and coordination of educational policies worldwide, and in the Internationalization of Education. This study aims to understand how the International Institutions/Organizations have influenced the education system in Sao Tome and Principe (STP), as well as the quality of education in this country. It aims to identify the impacts that the recommendations of these organizations have had on the country's education sector. A qualitative methodology was adopted, where evidence of this influence and partnership in the education sector was sought through documentary analysis. The documents collected on São Tomé and Príncipe belong to the Ministry of Education and Higher Education (MEES), and the Instituto Marquês de Vale Flôr (IMVF). The analysis made evident the significant improvements at the educational level for Sao Tome and Principe with these partnerships and support. On the other hand, it was clear that the country is highly dependent on international support, as well as on help to improve its education policies and education in general.

Keywords:

Internationalization of Education; Globalization of Education; Education; Sao Tome and Principe; Development.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- CPLP-** Comunidades e Países de Língua Portuguesa
- DL-** Decreto Lei
- DRSTP-** Diário da República de São Tomé e Príncipe
- IMV-** Instituto Marquês de Vale Flôr
- MEES-** Ministério de Educação e do Ensino Superior
- MESTP-** Ministério de Educação de São Tomé e Príncipe
- OCDE-** Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- OIs-** Organizações Internacionais
- ONU-** Organização das Nações Unidas
- PALOP-** Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
- RDSTP-** República Democrática de São Tomé e Príncipe
- STP-** São Tomé e Príncipe
- USTP-** Universidade de São Tomé e Príncipe

ÍNDICE

Introdução.....	1
Capítulo 1. Internacionalização da Educação.....	3
1.1. Sobre o conceito de internacionalização da educação.....	3
1.2 As Políticas Educativas	4
1.3 Os Sistemas Educativos.....	4
1.4 Globalização da Educação.....	6
Capítulo 2. A Educação em São Tomé e Príncipe no Pós-Independência	8
2.1 A República Democrática de São Tomé e Príncipe	8
2.2 A Educação em São Tomé e Príncipe no período Pós-Independência.....	8
2.3 Ensino secundário.....	9
2.4 Instituições de Ensino superior.....	11
Capítulo 3. Os Atores Internacionais e o seu papel na Educação.....	13
3.1 A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).....	13
3.2 UNICEF.....	16
3.3 A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)	16
3.4 O Banco Mundial (BM).....	17
3.5 Organização Mundial do Comércio (OMC).....	17
3.6 A União Europeia (UE)	17
3.7 A União Africana (UA)	17
3.8 <i>Southern African Development Community</i> (SADC).....	18
3.9 Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP).....	18
3.10 Instituto Marquês de Vale Flôr.....	19
Capítulo 4. Análise documental da legislação de STP.....	20
4.1 Lei de Bases do Sistema Educativo de STP	22
4.2 Organização do Sistema Educativo	22
4.3 Carta de Política Educativa (2019-2023)	23
4.4 A importância do Estatuto de carreira Docente em STP.....	24
4.5 Lei-Quadro de Educação Especial em São Tomé e Príncipe	25
4.6 Projeto a ser apresentado à Parceria Global para a Educação com a UNICEF....	25
4.7 Project Appraisal Document.....	26
4.8 Programa de Apoio Integrado ao Sistema Educativo em São Tomé e Príncipe (PAISE-STP).	28
Conclusão	29

Limitações	30
Constrangimentos	30
Bibliografia.....	31

Introdução

Na atualidade, na perspectiva de alguns teóricos economicistas, existe o consenso de que a educação é um dos grandes alicerces do Desenvolvimento (principalmente nos países da África Subsariana) (Rolim, 2020). Isto porque a educação proporciona e capacita os indivíduos a buscarem mudanças e melhorias dentro do seu ambiente familiar, tal como nas sociedades onde os mesmos se encontram inseridos (Rolim, 2020). Os sistemas de ensino continuam sendo essenciais pois são de grande ajuda na capacitação dos indivíduos na vertente económica, académica e na convivência social (Rolim, 2020).

Este trabalho teve como objetivo analisar em que medida as Instituições/Organizações Internacionais (OIs) influenciaram o sistema educativo em São Tomé e Príncipe (STP), e de que forma este país seguiu as recomendações propostas por estas instituições. Por conseguinte pretendeu-se analisar os efeitos destas recomendações no sistema educativo, na aplicação das políticas educativas, e nas mudanças educativas ocorridas durante uma década (num marco temporal de 2011 a 2021). Interessou-nos também compreender os seus contributos para a qualidade da educação em STP. É relevante compreender o papel e a influência das Instituições Internacionais na formulação das políticas educativas a nível mundial, particularmente em São Tomé e Príncipe. Tivemos por base documentos oficiais que demonstram ações por parte das instituições internacionais, e também por parte de São Tomé e Príncipe nesta parceria. Para mim, é um tema muito importante, porque pretendia dar continuidade a estudos relacionados a educação, que é uma área em constante crescimento em STP. Com este trabalho, é possível pensar novas ferramentas para auxiliar as Instituições Internacionais nas políticas educativas que melhor se adequam aos países em Desenvolvimento. Deste modo a pergunta de partida que o trabalho buscou responder foi: em que medida as recomendações feitas pelas Organizações Internacionais a São Tomé e Príncipe influenciaram as políticas educativas deste país?

Pretendeu-se com a elaboração deste trabalho aprimorar o conhecimento sobre a educação em STP, e o papel que as OIs desempenham na mesma. Desta forma os objetivos de pesquisa foram: analisar que tipo de recomendações as Organizações Internacionais fizeram aos países em Desenvolvimento, particularmente em STP; compreender a história da Educação ao longo destes últimos 10 anos e as suas principais mudanças; analisar o sistema educativo em STP no pós-independência; listar e analisar as principais recomendações feitas à STP (de acordo com o marco temporal de análise:

2011 a 2021); analisar os impactos que estas recomendações tiveram no sistema educativo e na aplicação das políticas educativas em STP. Tratando-se de um trabalho empírico que busca abordar a relação entre Organizações Internacionais (focadas na educação) e STP, os métodos de investigação realizados foram a análise documental de relatórios e documentos e a análise de legislação da estruturação da educação em STP. Procurou-se fazer a análise dos documentos oficiais trocados entre as OI e STP relacionados a educação, nomeadamente relatórios e propostas, com o intuito de compreender melhor a dinâmica destes atores internacionais. Buscou-se compreender a legislação de STP relativamente à educação. Foi através destas legislações que se puderam constatar alguns dos impactos das recomendações das OI em STP.

O quarto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) “Educação de Qualidade” é muito significativo neste trabalho, já que este ODS busca a promoção e acesso a educação de meninos e meninas de forma igualitária, aumentar a alfabetização e a inclusão dos grupos minoritários na educação, a construção de instituições que consigam facilitar o acesso à educação de crianças com necessidades especiais, e aumentar e qualificar professores, especialmente nos países em desenvolvimento (UNRIC, 2021). Desta forma este estudo tem como base a “Educação de Qualidade”, pois busca a aprimoração de conhecimentos e maior compreensão sobre as Instituições/Organizações Internacionais, e o papel destas na formulação das políticas educativas a nível mundial. Ou seja, interessa-nos observar os impactos que políticas têm nos países em Desenvolvimento, particularmente em São Tomé e Príncipe, e de que forma estes impactos cumprem ou não a premissa do 4º ODS.

No capítulo 1 fez-se uma contextualização da educação, onde foram abordados alguns conceitos como a globalização da educação, a internacionalização da educação, as políticas educativas e o sistema educativo. Depois, no capítulo 2, realizou-se uma descrição de São Tomé e Príncipe, seguida de uma contextualização da educação no período pós-independência, e a descrição dos ensinos: secundário e superior. No capítulo 3 caracterizou-se pelas descrições de instituições internacionais, e os seus respetivos contributos na educação. No 4º e último capítulo fez-se a análise documental da legislação de São Tomé e Príncipe e outros documentos oficiais emitidos pelo governo santomense e as organizações internacionais. Por fim, na conclusão, procedeu-se ao destaque dos principais pontos de análise da dissertação, e as ilações feitas com a elaboração deste trabalho.

Capítulo 1. Internacionalização da Educação

1.1. Sobre o conceito de internacionalização da educação

O conceito de Internacionalização da Educação é muito vasto, com várias particularidades de acordo com os países aos quais se aplica (Lima & Maranhão, 2009:584). A Internacionalização da Educação é tida na prática como cooperação de carácter institucional entre as várias instituições de ensino superior (Moreira & Ranincheski, 2018:5). Este conceito é recente, pois começou a difundir-se na década de 90 (Moreira & Ranincheski, 2018:5).

Outro fator importante na Internacionalização da Educação ao longo desta última década foram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que foram criados e implementados pela Assembleia das Nações Unidas em setembro de 2015 na cidade de Nova York (Barreto et al., 2020). Neste encontro, realizado em 2015, foi repensado o papel que a educação tem na vida dos indivíduos e nas dinâmicas sociais, pois pretendia-se que a educação fosse de acessibilidade mundial (Barreto et al., 2020). Deste modo houve particular ênfase no ODS 4, pois o mesmo refere-se à garantia da educação de qualidade e inclusiva a todos. Foram evidenciados os contributos que instituições como a OCDE e as Nações Unidas têm feito neste sentido (Barreto et al., 2020). Outra ação que contribuiu e contribui para este processo de Internacionalização da educação é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que é um dos Tratados Internacionais mais utilizados pelos países, e que tem muito em conta a educação (Barreto et al., 2020).

O programa Educação para Todos, que foi implementado na Tailândia (Jomtien) em 1990, teve a continuidade dos seus objetivos assegurados no Fórum de Dakar (2000). Deste modo pretendia-se a universalização do ensino básico (Barreto et al., 2020). Este feito impulsionou o aumento do acesso à educação por parte das crianças (particularmente na África Subsariana), e foi alargada a escolaridade obrigatória até ao ensino secundário na maior parte dos países (Barreto et al., 2020). Na internacionalização da educação ocorreram várias transformações e influências pelos processos de globalização (Moreira & Ranincheski).

A internacionalização das instituições de ensino superior remonta desde a idade média, com a criação das escolas europeias que eram compostas por professores e estudantes de vários países europeus (Moreira & Ranincheski, 2018:5). A crescente massificação das instituições de ensino superior despertou o interesse da sociedade, e

possibilitou a integração destas em várias áreas (Moreira & Ranincheski, 2018:5). Neste sentido, a formação académica tornou-se um dos requisitos para a entrada no mercado de trabalho, para credenciais dos programas e dos cursos, para conseguir financiamentos para projetos e para conseguir fazer avaliações referentes a qualidade do ensino alterando a dinâmica anterior dos pais, estudantes, agências, governos e financiadores face as Universidades e outras instituições de ensino superior (Moreira & Ranincheski, 2018:5). Mas a internacionalização da educação não se refere apenas ao ensino superior, como vimos.

1.2 As Políticas Educativas

O conceito de Políticas Educativas é muito amplo (Ngaba, 2018:18). Segundo Barroso (2006a), as políticas educativas são resultados que advêm dos processos sociais que se desenvolvem num determinado período de tempo (Ngaba, 2018:18). As políticas educativas são políticas voltadas para a área da educação, e abrangem vários níveis, destacando-se os departamentos governamentais e regionais de educação, e as instituições de ensino (Ngaba, 2018). Além destes criadores de políticas educativas anteriormente mencionados, temos instituições transnacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), em especial as suas agências a UNICEF e a UNESCO, o Banco Mundial (BM), os Bancos Regionais nomeadamente: o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Banco Central Europeu, na América latina, a Comissão Económica para América Latina e Caraíbas (CEPAL).

Outros criadores de políticas que vale ressaltar são os professores, os pais ou encarregados de educação e os alunos. Estes diversos atores mencionados contribuem ativa e passivamente, através de propostas, imposições, discordâncias e vetos. É importante ressaltar que não há uma delimitação clara entre as Políticas Educativas e as Políticas Sociais, uma vez que muitos assuntos ou problemáticas sociais constituem implicações diretas e indiretas nas formulações das políticas educativas (Ngaba, 2018).

1.3 Os Sistemas Educativos

O conceito de Sistema Educativo sofreu grandes alterações ao longo dos tempos (Ngaba, 2018). De uma forma geral, a Lei de Bases do Sistema Educativo Português define o Sistema Educativo como “o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para

favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade” (LBSE, artigo 1.º). A pedagogia e as políticas educativas são áreas da educação que têm grande interesse e necessidade no estudo dos sistemas educativos e sua aplicabilidade a nível educacional (Ngaba 2018).

Os sistemas educativos podem ser de âmbito nacional e de âmbito mundial (Ngaba, 2018). Os sistemas educativos no âmbito nacional são caracterizados por ter a sua estruturação limitada a um espaço local/geográfico pertencente a um país (mas os mesmo podem ter influências externas). Os sistemas educativos no âmbito mundial são caracterizados por ter a sua estruturação, ações e políticas, abrangendo vários países, ou seja, de forma global. Neste sentido salienta-se que, em detrimento das regulações, quando se trata do sistema educativo no âmbito mundial tende a ser transnacional (Ngaba, 2018).

A regulação transnacional das políticas, de acordo com Barroso (2006b:44), é “o conjunto de normas, discursos e instrumentos [...] que são produzidos e circulam nos fóruns de decisão e consulta internacionais, no domínio da educação” (Ngaba, 2018:25). Em sequência, importa referir o papel dos atores/instituições/organizações internacionais nos sistemas educativos de alguns países, uma vez que estes detêm muita influência nas orientações e nos aspetos estruturais dos programas e do plano curricular; enquanto que não é tido em grande consideração os fatores internos de cada um destes países. Esta situação culmina com o argumento de que o sistema educativo tem de estar assente numa agenda globalmente estruturada para a educação (Afonso, 2003:41).

O sistema educativo compõe as vertentes educativas formal, não formal e a informal. A educação formal é tida como a educação de viés sistemático, que tem a sua continuidade nas instituições escolares que fazem parte do sistema educativo, com vários níveis. Pretende-se que o estudante consiga progredir neste sistema pelo seu esforço individual, que levará a transitar ao fim de cada ano letivo. A mesma abrange desde o primeiro ano de escolaridade até ao último grau académico (Ngaba, 2018).

A educação não-formal são todas as atividades educativas fora da vertente formal do sistema educativo. Visa a regulação de alguns tipos de aprendizagem que se aplicam tanto a crianças, como a adultos; muitas vezes são estruturadas temporariamente e constantemente aplicadas nas formações profissionais (Ngaba, 2018).

A educação informal é compreendida como a aquisição de capacidades e conhecimentos individuais, sem o envolvimento de uma instituição escolar (Ngaba, 2018). É uma experiência que decorre continuamente, na qual os indivíduos ganham mais

conhecimentos, maior capacidade de discernimento, atitudes, através das situações quotidianas, e da relação do indivíduo com o meio no qual ele está integrado (Ngaba, 2018). Estes meios podem ser: o trabalho, a casa, a televisão, dentre outros (Antunes, 2001: 202).

1.4 Globalização da Educação

A regulação da educação tem em si uma vertente transnacional muito grande. Como nos explica Ngaba (2018), esta forte vertente transnacional é um dos grandes efeitos da globalização na área da educação, pois este fenómeno molda grande parte da criação das políticas educativas, dos atores educativos, das Instituições de ensino, bem como das práticas educativas. Neste sentido existe um efeito duplo neste processo de globalização da educação, na medida em que a mesma tem grandes impactos na educação escolar em termos nacionais e a educação escolar nacional dos países também tem efeitos na educação a nível global. Desta forma as práticas educativas bem como os seus modelos tornam-se mais similares em todos os países, o que em certa medida cria vantagens e desvantagens: as vantagens seriam o equilíbrio em termos educativos entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. A desvantagem seria esta similaridade que criaria condições para perpetuação e reprodução das desigualdades entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Porque nem sempre estas políticas educativas têm como prioridade o interesse dos indivíduos, mas sim dos governos do país em questão, que priorizam o capitalismo (Ngaba, 2018).

Salienta-se que esta homogeneização das práticas educativas a nível global muitas das vezes partem de países desenvolvidos com grande influência no cenário internacional, e de instituições internacionais de grande relevância. Com frequência, estas criam regulações e os outros países menos desenvolvidos seguem-nas de forma a haver igualdade no sistema educativo. Todavia, este padrão faz com que algumas práticas educativas descaracterizem valores culturais, perceção social ou dinâmicas entre atores educativos de alguns países (Ngaba, 2018).

Outra ideia importante, e relacionada com a globalização da educação, é a Teoria do Sistema Educativo Mundial. Esta teoria foi baseada na teoria do Sistema Mundial de Immanuel Wallerstein. A mesma tem como objetivo explicar as reformas das políticas educativas dos países e a relação das mesmas com a globalização da educação. Segundo Azevedo (2007:12), o Sistema Educativo Mundial tem como resultado uma educação

comum em termos mundiais, e em certa medida colmata as diferenças educativas entre os países mundialmente.

Em suma, tanto na globalização da educação como na Teoria do Sistema Educativo Mundial, é notória a valorização dos interesses transnacionais em comparação aos nacionais dos países (Ngaba, 2018).

Capítulo 2. A Educação em São Tomé e Príncipe no Pós-Independência

2.1 A República Democrática de São Tomé e Príncipe

A República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP) é um arquipélago constituído por duas ilhas e por alguns ilhéus, que na maioria são desabitados (Brito, 2004: 148). São Tomé e Príncipe (STP) foi descoberto em 21 de dezembro de 1470 pelos portugueses, fazendo parte das suas colónias desde o século XV até o século XX. Tornou-se independente em 12 de julho de 1975 (Brito, 2004: 148). Está geograficamente localizado no Equador, mais concretamente na África Central (Golfo da Guiné), sendo banhada pelo Oceano Atlântico (PNUD apud Brito, 2004: 149,150).

Em 1987, STP teve a primeira intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI), o que prejudicou imenso o país no cenário internacional, pois o mesmo tinha feito a sua recém dissociação com o bloco soviético (RFEAESTP, 2016: 28). Esta situação refletiu-se na desestruturação da economia, do sistema social e principalmente do sistema educativo (RFEAESTP, 2016: 28,29). Como forma de reverter esta situação, o país, a nível político (e também sobre influências de organismos internacionais) tem buscado parcerias e acordos bilaterais e multilaterais, que visam alinhar o sistema educativo de São Tomé e Príncipe com as políticas e as estratégias do sistema educativo mundial (RFEAESTP, 2016: 29). Na vertente económica STP foi considerado pelo Banco Mundial (BM) como um país em desenvolvimento, que possui um rendimento médio baixo (RFEAESTP, 2016: 29). Acrescentou-se que o país exporta muito pouco, contrariamente a importação de produtos, sendo dependente dos gastos públicos como forma de crescimento (RFEAESTP, 2016: 29). Em consequência, o país não possui uma boa capacidade em formular políticas a nível institucional, e a falta de recursos condiciona muita das ações pois o Estado depende fortemente da ajuda externa. Esta escassez refletiu-se muito nos setores sociais do país, principalmente no educativo (RFEAESTP, 2016: 29). Um dos grandes desafios é o desenvolvimento de forma sustentável nos setores da educação, saúde, agricultura e as infraestruturas nacionais (RFEAESTP, 2016: 29).

2.2 A Educação em São Tomé e Príncipe no período Pós-Independência

A educação em STP no período pós-independência caracterizou-se por uma deterioração progressiva no início dos anos 90, sendo o decréscimo do acesso ao ensino de 96% para 68% (entre 1999 e 2001), com acréscimo lento nos anos 2002 em diante (CEAUP,

2008:1). Tendo sido um país onde a produção agrícola era a base económica, com a sua independência, a adoção do modelo socialista, a incapacidade que os governantes tiveram em gerir e manter a produção e exportação que havia no período colonial afetaram profundamente a economia e conseqüentemente o sistema educativo (CEAUP, 2008:1). Desta forma, o sistema educativo de São Tomé e Príncipe estruturou-se, em termos legais, de duas formas distintas. Do início dos anos 90 aos meados dos anos 2000, a escolaridade obrigatória abrangia até o quarto ano (4º) de escolaridade, excluindo desta forma a obrigatoriedade dos alunos a outros graus académicos (CEAUP, 2008:2).

Estas medidas educativas estavam assentes no Decreto-lei nº53/88 (CEAUP, 2008:2). Em 2003, com a implementação da Lei n.º2/2003, o sistema educativo santomense estendeu a obrigatoriedade escolar até o sexto ano. Estas mudanças nas estruturas legislativas relacionadas a educação constituíram um marco importante, embora não tendo criado mudanças muito significativas, já que mesmo abrangendo o sexto ano (6º) de escolaridade, ainda existia dificuldades enormes em prosseguir com a escolaridade e não existia acesso ao décimo segundo ano (12º) de escolaridade (CEAUP, 2008:2).

Em 2005, as admissões para o quinto (5º) ano de escolaridade aumentaram em simultâneo com a taxa de aprovação neste ano de escolaridade. Entretanto, entre o final de 2005 e 2006, a taxa de repetência aumentou entre o quinto e o nono (9º) ano. Estes resultados justificam-se por alguns fatores, nomeadamente: o número insuficiente de horas no ensino primário (3 em média geral), o que condiciona a conclusão do ciclo antecedente com as competências requeridas, bem como a falta de qualidade e dificuldade de acesso das infraestruturas do país. Outros fatores importantes são a ausência de qualificações dos professores, e a baixa perspectiva em relação às vantagens e qualificações que os altos níveis de escolaridade podem proporcionar (CEAUP, 2008:7).

2.3 Ensino secundário

A implementação do ensino profissionalmente qualificante, com acesso ao 12º ano de escolaridade em 2006 na escola secundária pública (Liceu Nacional), foi um marco importante. Existiam cursos voltados para a área de Humanidades (com vertentes em Turismo) e Gestão de Administração (CEAUP, 2008:7). Esta mudança incentivou o aumento da frequência dos alunos no ensino secundário (CEAUP, 2008:7). Entre finais

de 2011 e início de 2012, através da parceria entre o Governo Santomense e a Cooperação Portuguesa, através do Projeto Escolamais (+), foi inaugurada a Escola Secundária Maria Manuela Margarido (MMM), para onde foram transferidos alunos de Línguas e Humanidades da 12ª classe que frequentavam o Liceu Nacional, bem como os alunos da 8ª e 9ª classe da antiga escola secundária de Trindade (Barreto, 2012:515).

Ressalta-se o problema da disparidade geográfica entre as escolas secundárias anteriormente mencionadas, pois estas afetam a procura e o interesse dos estudantes em prosseguir com os estudos, sendo que em média a distância entre as residências dos estudantes e os estabelecimentos de ensino é de 52km. Outro problema é a insuficiência de transportes escolares, que influenciam na acessibilidade dos estudantes às instituições de ensino (RFEAESTP, 2016). O Governo tem feito a gestão destes transportes uma vez que levou em conta o custo de vida da população local e os custos destes transportes, resultando assim anualmente em gastos avultados para o Estado (RFEAESTP, 2016).

Outras preocupações do Governo santomense são (RFEAESTP, 2016):

- fraca gestão escolar e planeamento estratégico do setor;
- falta de autonomia financeira das escolas para fazer face à gestão quotidiana das diligências;
- défice de recursos humanos qualificados (diretores, professores e supervisores);
- o número de escolas é insuficiente, pois nem todos os distritos disponibilizam o 2.º ciclo do ensino secundário (ES);
- a existência de um sistema de avaliação de professores, de supervisão pedagógica e de inspeção escolar ineficaz face às necessidades das instituições;
- insuficiência no número de educadores e de professores com formação no domínio das Necessidades Educativas Especiais (NEE);
- algumas escolas com poucos recursos onde faltam infraestruturas ou estas estão degradadas;
- a ausência de diplomas jurídicos regulamentadores, como por exemplo ao nível da acreditação, e equivalência de disciplinas e o acesso ao ensino superior;
- as assimetrias e carência de materiais didáticos nas várias escolas do país;
- a fraca participação dos pais e encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos;
- alunos com emoções negativas em relação à escola e à aprendizagem, traumas que resultaram de contínuos insucessos vividos por estes;
- a profissão docente possui muitas dificuldades (acesso às escolas, falta de recursos, etc.).

Relativamente às escolas privadas, existe o Instituto Diocesano de Formação (IDF), estritamente relacionado com a igreja católica, que tinha todos os níveis de ensino (incluindo o 12º ano). Funcionava de acordo com o sistema de ensino português, sendo da responsabilidade do Ministério da Educação de Portugal, mas acessível somente a minoria da população, com maiores recursos financeiros (CEAUP, 2008).

Outra instituição privada era o Centro Politécnico, que foi criada, teve financiamento e foi gerida pela cooperação francesa que disponibilizava cursos para 40 alunos, sendo o período de ingresso de três anos. O centro de Formação Profissional de Budo Budo (na cidade de São Tomé) foi inaugurado em 2003, com o financiamento da cooperação portuguesa, em parceria com o Ministério de Emprego de STP. O principal intuito deste centro é fornecer formações em diversas áreas. Todavia, o referido centro somente fornece formações de curta duração e não são integradas no ensino formal. O centro de formação denominado de CATAP, está na cidade de Água-Izé, e o seu foco é na área da horticultura (CEAUP, 2008).

Outra instituição de formação é a Escola de Enfermagem Dr. Victor Sá Machado que foi inaugurada em 1983, funcionou em diversos lugares do país, possui as suas instalações e é desde 2000 é financiada pela Fundação Gulbenkian. A mesma procura dar formações em níveis equivalentes ao 12º ano de escolaridade, apostando na vertente prática. Conta com outros apoios como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Educação Cultura e Comunicação de STP, através de pagamento dos professores (CEAUP, 2008).

2.4 Instituições de Ensino superior

A Universidade Pública de São Tomé e Príncipe (USTP), anteriormente denominada de Instituto Superior Politécnico (ISP), é a única Instituição de Ensino Superior Pública em STP. Esta instituição de ensino iniciou o seu funcionamento em 1997/98, e destinava-se à formação de docentes do ensino secundário. Inicialmente haviam apenas três cursos, nomeadamente, Português/Francês, História/Geografia e Matemática/Ciências. Em finais de 2002 e início de 2003 abriram outros cursos como Línguas e Administração, Física/Química, Educadores de Infância, e Línguas e Literaturas Modernas (CEAUP 2008).

A primeira Instituição Privada de Ensino Superior é o Instituto Universitário de Contabilidade, Administração Informática (IUCAI), que foi fundado nos anos 90. Os

cursos desta instituição são focados para área de Gestão, e a mesma é de pouca acessibilidade, levando assim ao ingresso apenas de alunos com maiores rendimentos financeiros. A segunda Instituição Privada de Ensino Superior é a Universidade Lusíada, que foi criada em 2005. A mesma encontra-se em funcionamento desde o ano letivo de 2006/07, possuindo três cursos (CEAUP, 2008).

Em suma, os grandes investimentos nas instituições de ensino superior público são feitos pelo Estado e Organizações Internacionais. Em contrapartida o setor privado não investe e apoia muito pouco no setor educativo (CPE, 2012).

Capítulo 3. Os Atores Internacionais e o seu papel na Educação

Os Atores Internacionais têm grande influência no Sistema Internacional. Os mesmos atuam nas mudanças que ocorrem nos sistemas educativos, de forma mais direta ou indireta, em contexto regional e mundial (Ngaba, 2018). Em seguida serão apresentados alguns dos atores mais influentes do Sistema Internacional de educação.

3.1 A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) é uma organização intergovernamental (OIG) deveras complexa (Sorensen et al., 2021). Foi criada em 1961 em França, e tem a sua sede em Paris (Ngaba, 2018). A mesma é composta por países Desenvolvidos e visa apoiar e criar políticas sociais e económicas de forma sustentável, com o intuito de proporcionar a melhoria dos cidadãos destes países. Além disso a mesma colabora na produção de políticas educativas, nos dados estatísticos do sistema educativos, promoção de boas práticas, e busca harmonizar as políticas educativas e sua aplicação. Alguns dos seus principais projetos são: aprendizagem contínua, com o objetivo de proporcionar aos cidadãos uma aprendizagem ao longo da vida; e a comparação dos sistemas educativos, que visa planear e encontrar práticas educativas que sejam melhores para os seus Estados-Membros (Ngaba, 2018). A comparação dos sistemas educativos tem parceria com outras organizações internacionais, e anualmente a OCDE publica um relatório que é referência internacionalmente, sendo importante na educação, designado por *Education at a glance* (Ngaba, 2018).

Dando sequência, esta parte foca-se na criação da agenda educativa dentro da OCDE. Durante o período 1958–1989, foi criada a agência da educação na OCDE, durante a liderança de James Ronald Gass. Este, além de ter tido grande reconhecimento por suas habilidades diplomáticas em redes e ciências sociais, definiu o perfil do secretariado da OCDE (será abordado posteriormente) e sedimentou pesquisa e a política educacional na estrutura organizacional da OCDE (Sorensen et al., 2021). Em 1974, Gass tornou-se o diretor fundador da Diretoria de Assuntos Sociais, Recursos Humanos e Educação (DSAME) até o ano de 1991 (Sorensen et al., 2021). Anteriormente à criação deste departamento a OCDE passava por um momento de crise, uma vez que se deram grandes transformações no sistema internacional, nomeadamente: a crise monetária

internacional (1971), o aumento da Comunidade Europeia (CE entre 1972/73), a reforma do Fundo Monetário Internacional (FMI, 1973). Consequentemente, a crise petrolífera de 1973 criou instabilidade que se refletiu muito na política, o que levantou questionamentos e ceticismo sobre os procedimentos até então feitos pela OCDE e a necessidade de transformações na mesma. Esta necessidade fez com que houvessem cortes orçamentais dentro da OCDE, entretanto o secretariado empenhava-se cada vez mais em mostrar a relevância dos projetos elaborados ao eleitorado da OCDE (Sorensen et al., 2021). O principal objetivo de Gass foi enquadrar as atividades educativas dentro dos objetivos sociais, através da integração desta nas grandes políticas sociais. Estas ações tiveram grande repercussão nos países. Em termos de influências na estrutura educacional, até 1970 eram os países nórdicos que utilizavam a sua influência para colocar profissionais nórdicos na OCDE. De 1980 em diante houve maior envolvimento da Austrália na agenda educacional, e a mesma teve grande interesse nas políticas educacionais de aprendizagem ao longo da vida e nas políticas de transição da escola para o trabalho (Sorensen et al., 2021).

A OCDE possui três dimensões nomeadamente: o ator, a arena e o instrumento, que descrevemos seguidamente.

A Dimensão de Ator

A dimensão da OCDE como ator está relacionada com a sua burocracia muito forte (Sorensen et al., 2021). O Secretariado da OCDE atua na acumulação de conhecimento especializado em várias áreas, sendo reconhecido por outras entidades de destaque nacional e outras organizações intergovernamentais. Por conseguinte, o Secretariado possui alguns requisitos aos seus candidatos como: inglês, experiência técnica e habilidades sociais. A quantidade de informações nas quais o Secretariado tem controle faz com a mesma tenha “redes de influência” muito abrangentes, podendo intervir e influenciar em várias vertentes de diversas formas. Estes aspetos trazem grande destaque e respeito ao Secretariado da OCDE perante outros países e diferenciam-na dos Secretariados das outras organizações internacionais, pois outras focam-se na perícia técnica (Sorensen et al., 2021).

A Dimensão de Arena

A Dimensão de Arena da OCDE é relacionada ao meio organizacional (Sorensen et al., 2021). A estrutura das organizações intragovernamentais possuem muitas capacidades, mas também limitações. Estes aspetos espelham-se no fato das decisões serem tomadas por todos os países membros. As suas dinâmicas são muito instáveis, mas contribuem para o bom funcionamento organizacional. Nesta dimensão destaca-se duas instituições denominadas por Conselho e o Comitê de Educação e o Conselho de Administração (Sorensen et al., 2021).

A Dimensão Instrumental

A utilização do termo “instrumental” deve-se ao fato dos países membros usarem frequentemente as Organizações Intergovernamentais para os seus interesses; como um instrumento para determinado fim (Sorensen et al., 2021). Alguns dos fins aos quais se destinam esta instrumentalização das OIGs são a promoção das políticas externas destes países e como meios diplomáticos. A OCDE ao relacionar-se com outras OIGs tende a adotar dois tipos de interações de caráter instrumental, Competições Instrumentais e Mobilizações Instrumentais (Sorensen et al., 2021). As Competições Instrumentais ocorrem quando as OIs competem com as OCDE por fundos, legitimidade e atenção política. As Mobilizações Internacionais por sua vez ocorrem quando outras OIs, ou OIGs utilizam a OCDE para conseguir mais oportunidades, recursos e maior influência com o intuito de beneficiar os seus próprios interesses. Por sua vez as interações podem alternar entre si, e estas atividades marcam a OCDE (Sorensen et al., 2021).

Indicadores Educacionais Internacionais (INES)

Os Indicadores Internacionais de Educação (INES) são instrumentos de grande importância para a OCDE, uma vez que auxiliam a mesma como ator global (Grek & Yedesen, 2021). Através destes Indicadores Internacionais, a OCDE ganhou mais credibilidade e mais experiência (Grek & Yedesen, 2021). Estes indicadores são instrumentos que moldam e medem as políticas educativas (Grek & Yedesen, 2021). Os países que mais impulsionaram a criação e uso destes indicadores por parte da OCDE foram: a França que visava ajudar as crianças com menos rendimento, no acesso a educação; e os Estados Unidos que buscavam manter a sua influência a nível internacional na área da educação (Grek & Yedesen, 2021).

Por ultimo, a OCDE é uma Organização Intergovernamental com uma enorme complexidade (Sorensen et al., 2021). Com esta explanação sobre a OCDE buscou-se mostrar a parte organizacional, e como as atividades destas OIGs relacionadas a Educação conseguem grande reconhecimento internacional (Sorensen et al., 2021).

3.2 UNICEF

A UNICEF é uma das agências que fazem parte da Organização das Nações Unidas. Criada em 1946, um dos seus principais objetivos é defender os direitos das crianças, com o intuito de gerar impactos positivos na vida destas crianças nas áreas de saúde, segurança e nutrição (Ngaba, 2018).

3.3 A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)

A UNESCO é uma das agências da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo um ator internacional que tem um grande papel na educação a nível mundial. A agência foi criada no dia 16 de novembro de 1945, e o seu principal objetivo é criar melhorias no diálogo entre as várias culturas, de forma a fundamentar o respeito pela diversidade de culturas, valores e pessoas (Ngaba, 2018).

Segundo Ngaba (2018) esta organização defende que o desenvolvimento sustentável deve levar em conta os preceitos dos direitos humanos. Neste sentido o seu principal foco de atuação é nos países em desenvolvimento, onde tem tido ações significativas em responder as demandas educativas. Deste a sua criação, a UNESCO tem trabalhado na criação das políticas educativas nos países em desenvolvimento, divulgação e criação de práticas educativas, materiais didáticos (de professores) e criação de estratégias e mecanismos para lidar com problemas que surgem a nível de educação.

Nos anos 60, a UNESCO desempenhou um papel importante na criação da ideologia que relaciona o desenvolvimento económico e a educação, o que levou a muitas atividades de expansão da educação nos países em desenvolvimento. Alguns dos países membros da ONU que através da UNESCO participam nestas atividades de expansão da educação são: o Japão, a Rússia, a Suécia, a Dinamarca, a Bélgica, a América do Norte, a França, a Inglaterra, a Holanda, a Finlândia, a Noruega ou a Espanha. Estes países têm grande influência no cenário internacional, e através das suas ações condicionam a difusão das políticas educativas a nível mundial (Ngaba, 2018).

3.4 O Banco Mundial (BM)

O Banco Mundial é uma instituição de caráter internacional, criada em 1944. Concernente à sua estrutura, a mesma é composta por países em desenvolvimento e países desenvolvidos (Ngaba, 2018). A instituição tem feito grandes investimentos na área da educação, tendo grande comprometimento no programa Educação para Todos, através da formação de quadros, financiamentos de projetos educativos, e políticas educativas nos países menos desenvolvidos (Ngaba, 2018:55).

3.5 Organização Mundial do Comércio (OMC)

Esta organização internacional, criada em 1995 visa regular e controlar o comércio, e a legislação comercial a nível mundial. Por conseguinte, garante que os acordos feitos entre os países continuem em vigor. Um dos principais objetivos desta organização é fazer com que os países consigam exportar e importar os produtos entre si, conseguindo ultrapassar as medidas protecionistas de cada país. A OMC defende a liberdade de capital, sendo contra a discriminação de empresas estrangeiras que tentam fazer investimentos em outros países. A organização tem influência tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. O seu contributo para a educação parte do setor económico (Ngaba, 2018).

3.6 A União Europeia (UE)

A União Europeia (UE) é uma união de nível político e económico entre 26 estados membros independentes de países europeus. Foi criada em 1993, sucedendo à Comunidade Económica Europeia (CEE), criada em 1958. É uma instituição supranacional, que tem progredido a nível económico, político e social. Na vertente educativa busca divulgar os programas educativos dos estados-membros. Um dos seus programas de maior destaque é o programa Erasmus. O objetivo dos seus programas educativos é a partilha de conhecimento mútuo, e boas práticas educativas. Tem apoiado muitos programas de educação em África, e tem se tornado uma grande influência em diversas áreas no continente Africano (Ngaba, 2018:63).

3.7 A União Africana (UA)

A União Africana é uma organização regional, criada em 2002. A mesma é sucessora da Organização de Unidade Africana (OUA). As suas estruturas e modelos são inspirados

na União Europeia; e a mesma tem desenvolvido várias parcerias a nível bilateral e multilateral com países membros e com outros países não membros. Os principais objetivos nos quais se baseia esta organização são o desenvolvimento do continente africano, a nível económico e social, bem como a promoção dos direitos humanos e da democracia no continente. Com estes objetivos procura-se a criação de meios para uma boa governação a nível regional, e um ambiente mais seguro (Ngaba, 2018). A organização é subdividida em outras organizações/ delegações, que atuam em conjunto com a UA na divulgação e na prática destas políticas nos países membros. Estas suborganizações são nomeadamente: *Southern African Development Community* (SADC), *Communauté Économique des États de L'Afrique de l'Ouest*, *Communauté Économique des États de L'Afrique de Central* (ECCAS), e outras.

3.8 Southern African Development Community (SADC)

A SADC visa criar e promover um desenvolvimento económico e social sustentável no continente africano. Alguns dos países membros desta organização são: Congo Democrático, Namíbia, Botswana, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Ilhas Maurícias, Angola, Moçambique, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e o Zimbábue. No setor educativo o mesmo atua como promotor da partilha de conhecimento e experiências no ensino básico e secundário dos países membros (Ngaba, 2018). Em relação ao ensino superior, a suborganização tem promovido/ facilitado programas de intercâmbios entre as universidades e os estudantes; um dos países que mais acolhe e mostra abertura na receção de estudantes é a África do Sul (Ngaba, 2018).

3.9 Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP)

A CPLP é uma comunidade de países que representam a história da lusofonia, e foi fundada em 17 de julho de 1996. É constituída por países de quatro continentes, que buscam manter uma relação de proximidade e cooperação. A CPLP colabora em matérias de política, educação, língua portuguesa, justiça, economia e economia (Ngaba, 2018). Dentro desta comunidade, as ações de Portugal destacam-se em relação aos países africanos. Na vertente educativa existem vários acordos de cooperação de vários países, a nível do ensino básico, secundário e superior. Algumas cooperações mais restritas são feitas pelos PALOP, tanto na partilha de experiências como nos financiamentos dos

projetos de educação, em conjunto com Portugal, a União Europeia e o Brasil (Ngaba, 2018).

3.10 Instituto Marquês de Vale Flôr

O Instituto Marquês de Vale Flor é uma Fundação, com foco na cooperação e no desenvolvimento. Iniciou as suas atividades em São Tomé e Príncipe em 1988, e a partir dos anos 90 começou a sua expansão para outros países, mas tem maior predominância nos PALOP (IMV, 2020). A instituição trabalha em parceria com os governos e as comunidades locais de forma a garantir a eficiência e eficácia dos projetos, bem como garantir a participação e interação dos seus colaboradores com a comunidade. Nos seus projetos tem em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Procura auxiliar em projetos de diversas áreas. Os seus principais objetivos são: práticas que promovam a dignidade humana, melhoria de vida das populações mais vulneráveis, a busca pela sustentabilidade do meio ambiente, pela justiça e os direitos humanos (IMV, 2020).

Capítulo 4. Análise documental da legislação de STP

Este capítulo compreende a análise dos documentos concernentes a legislação educativa de STP. Por conseguinte serão analisados os seguintes documentos: o Estatuto da Carreira docente; o Relatório do Estado do Sistema de Educação Nacional (RESEN) (é através deste que se produziu a Carta de Política Educativa); o Documento Lei de Bases do Sistema Educativo; a Lei quadro da Educação Especial; e por fim a Carta da Política Educativa. Particularmente importantes para compreender a cooperação entre STP e outras instituições internacionais, analisámos alguns documentos que são: o Banco Mundial como um parceiro significativo que está a apoiar STP através do Projeto de Empoderamento das Raparigas e Educação de Qualidade para Todos, e a UNICEF no apoio em relação a melhoria de qualidade, e a proteção das crianças, sobretudo no contexto pandémico.

O quadro abaixo sintetiza as principais medidas/ acordos/ leis/ decretos-lei, tomados/ feitos por São Tomé e Príncipe, com o intuito de explicitar os impactos que estas instituições internacionais têm no Sistema Educativo de STP.

Quadro 1. Medidas/ ações/ projetos implementados/criados no Sistema Educativo de São Tomé e Príncipe (2011- 2021)

Ano	Referência	Descrição
2014	Decreto-Lei n.º4/ 2014	É um Decreto-Lei emitido pelo Governo que fundamentou o Estatuto de carreira docente em STP. Apresentou os direitos e deveres dos docentes, bem como as subdivisões constituintes desta profissão.
2018	Relatório de Análise sectorial em educação	É um relatório que analisou o setor educativo em STP e outras áreas com contributo na educação.
2019	Lei de Bases do Sistema Educativo de STP	Lei promulgada pela Assembleia Nacional de STP em 2019, que visava simplificar e aprimorar a organização e estruturação do Sistema Educativo do país.
2019	Carta Política Educativa (2019-2023)	Um documento oficial emitido por STP, que traçou diretrizes em parceria com a ONU, afim de definir as Políticas Educativas de STP e cumprir com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), garantindo desta forma uma educação de maior qualidade e inclusão para todos.
2020	Projeto a ser apresentado à Parceria Global para a Educação com a UNICEF	Documento emitido pelo Ministério de Educação de STP, com o objetivo de conseguir financiamento para assegurar educação durante a fase de Pandemia do COVID-19.
2020	Project Appraisal Document	Foi uma parceria feita entre o Banco Mundial e o Governo de STP, para o empoderamento feminino e maior qualidade na educação do país.
2020	Programa de Apoio Integrado ao Sistema Educativo em São Tomé e Príncipe (PAISE-STP)	Foi uma parceria entre MEES, o IMVF, a Universidade de Aveiro, Universidade de Évora e a USTP, que visava contribuir para o aumento das competências e da qualificação do corpo docente, bem como promover melhorias no domínio de administração da Gestão Escolar em São Tomé e Príncipe.
2021	Lei-Quadro de Educação Especial em São Tomé e Príncipe (Lei n.º. 02/ 2021)	Lei promulgada pela Assembleia Nacional de STP, que assegurou e enfatizou mecanismos para a criação de condições para maior inclusão e oportunidades para crianças com necessidades especiais.

4.1 Lei de Bases do Sistema Educativo de STP

A Lei de Bases do Sistema Educativo de São Tomé e Príncipe (Lei n.º 4/2018), tem como premissa promover uma educação de qualidade, além de proporcionar o acesso a educação escolar básica a todos os santomenses (D.R., 2019). Estes objetivos impulsionaram a revisão da Lei n.º 2/2003, de 02 de fevereiro (anterior Lei de Bases do Sistema Educativo). Esta primeira lei foi crucial para a organização e estruturação do Sistema Educativo em STP, todavia as mudanças a nível internacional e os novos desafios no setor educativo levaram a reformulação desta lei, pois não respondia às características do país e das suas necessidades (D.R., 2019).

Consequentemente, a Lei n.º 4/ 2018 no artigo 1.º da Lei Base do Sistema Educativo Santomense caracteriza o Sistema Educativo como: “o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente intervenção orientada para favorecer o desenvolvimento global do cidadão, o processo social e a democratização da sociedade” (D.R., 2019). O Sistema Educativo é abrangente ao território nacional, neste sentido, a formulação/criação das políticas educativas cabem ao Ministério de Educação e outras Instituições direcionadas no assunto (D.R., 2019).

4.2 Organização do Sistema Educativo

O Sistema Educativo está estruturado da seguinte forma: a Educação Pré-Escolar, a Educação Escolar e a Educação Extraescolar (D.R., 2019). A Educação Pré-Escolar é complementar à educação familiar. Geralmente nesta fase há uma grande colaboração destes dois agentes em relação ao educando(a). A Educação Escolar compreende os ensinamentos Básico, Secundário e o Superior, e também outras atividades escolares de âmbito extra-curricular. Por sua vez a Educação Extraescolar vai ao encontro da alfabetização dos cidadãos, a pós alfabetização, bem como atividades culturais e outras diversas atividades, que podem ser formais ou informais. Além destas subdivisões, a formação técnico-profissional também faz parte do sistema educativo, sendo enquadrado no Sistema Nacional de Formação e Aprendizagem Profissional (D.R., 2019).

4.3 Carta de Política Educativa (2019-2023)

A Carta de Política Educativa (CPE) foi um documento oficial elaborado por São Tomé e Príncipe, com o intuito de continuar a implementação de medidas e políticas para uma educação de maior qualidade, mais inclusiva (CPE, 2019). Uma das principais influências internacionais para a criação deste documento é a ONU. A participação de STP na Convenção dos Direitos da Criança da ONU, bem como da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais realizadas em Salamanca, a Conferência Mundial de Jomtien na Tailândia, realizada no Fórum de Dakar, e o esforço por parte do país de cumprir os objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são outros dos fatores que influenciaram a elaboração deste documento (CPE, 2019).

Os principais objetivos da Carta de Política Educativa são: combater o analfabetismo, o insucesso escolar, promover a literacia, redução das disparidades, a busca de melhores oportunidades para o ensino profissional, valorização dos docentes e promoção de formações, tornar a gestão escolar mais eficiente e melhorar a competitividade e a internacionalização do ensino superior (CPE, 2019).

Anteriormente à criação da Carta de Política Educativa, foi elaborado a Carta de Política Educativa Visão 2022, que tinha como principal objetivo fazer uma avaliação sobre os principais problemas existentes no setor educativo em STP. O processo de elaboração da Carta de Política Educativa foi composto por Análise do Setor Educativo, a Revisão Sectorial Conjunta, os Regulamentos Legais, Oficinas e Seminários (CPE, 2019).

Na Análise do Setor Educativo, os principais aspetos a destacar são: o crescimento económico é favorável, embora irregular, maior motivação dos pais em inserir os filhos nas instituições escolares, grande dependência do governo face a ajuda externa, uma ligeira melhoria das condições financeiras dos agregados familiares, melhorias na educação pré-escolar, no ensino secundário de forma geral, e consequentemente no ensino superior (CPE, 2019). Constatou-se uma diminuição da conclusão do ensino básico, todavia ocorreu um aumento nos estudantes que concluíram o 9º e o 12º escolar, grandes disparidades no percurso escolar, relacionadas ao nível de vida familiar das mesmas, altos níveis de reprovação em todos os níveis do ensino, o que compromete a eficiência interna do sistema educativo de STP, a aprendizagem no ensino básico e secundário são muito fracas, o que influenciam a pouca retenção de conhecimento por

parte dos alunos e a colocação dos professores no ensino básico e secundário sem planeamento prévio (CPE, 2019).

Na Revisão Sectorial Conjunta, os aspetos mais destacados foram: taxas de reprovação elevadas e com tendência a persistir e dificuldades de os docentes compreenderem que os problemas não são dos alunos e sim do sistema; carência de professores devidamente qualificados, falta de avaliação e monitoramento de forma abrangente, problemas nas relações entre escolas, professores, gestão escolar e o inspetor de forma geral (CPE, 2019). Algumas mudanças implementadas no sistema educativo São-Tomense foram: definir como obrigatório os dois anos da Educação Pré-Escolar e o Ensino Básico, alteração da estrutura do Ensino Básico, passagem da 7^a, 8^a, e 9^a classes a constituírem o 3^o ciclo do ensino básico, ao invés do 1^o ciclo do Ensino Secundário e alargamento da escolaridade obrigatória até ao ensino secundário (CPE, 2019). Com a Lei de Bases do Sistema Educativo de 2018, foi estendida a duração do ensino obrigatório para 11 anos (CPE, 2019). Pretende-se ainda estender a escolaridade obrigatória até ao ensino secundário (CPE, 2019).

4.4 A importância do Estatuto de carreira Docente em STP

O Decreto-Lei n^o4/2014, trouxe a consolidação do estatuto da carreira Docente na educação em STP (ECD, 2014:96). Esta reestruturação burocrática deve-se à necessidade de implementar condições para que os atuais e futuros docentes possam ter os seus direitos salvaguardados, e cumprir com os seus deveres. Sequencialmente, levando a modernização e maior qualidade e eficiência na educação em STP (ECD, 2014:96). De acordo com o Diário da República de São Tomé e Príncipe (DRSTP), são considerados docentes aqueles que cumprem os requisitos do governo, possuindo habilitações qualificadas previamente definidas no diploma para exercer o ensino ou docência, de modo permanente, sistemático e sequencial (ECD, 2014).

A carreira docente possui uma organização hierárquica, nomeadamente: Professor Coordenador, Professor Titular, Professor Titular Adjunto e Professor Adjunto (ECD, 2014:96). Ainda neste tópico sobre as categorias, de acordo com o Artigo 42^o.B, os indivíduos que não tenham qualificações profissionais e académicas para exercer a carreira docente, permanecem na situação de pré-carreira até obterem as devidas qualificações (ECD, 2014:97). A espera por estas qualificações não deve ultrapassar o período de 5 anos (ECD, 2014:97).

4.5 Lei-Quadro de Educação Especial em São Tomé e Príncipe

A Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe (ANSTP), promulgou em fevereiro de 2021 a Lei nº2/2021, que visa garantir a inclusão das crianças com necessidades educativas especiais e a qualidade do sistema educativo (ANSTP: 26). Este apoio inicia-se desde a pré-escola e estende-se ao ensino secundário, e em todas as instituições de ensino existentes em São Tomé e Príncipe. De forma a garantir esta inclusão de crianças e jovens com necessidades especiais, foram feitas parcerias entre quatro ministérios de STP sendo estes: Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho e Ministério da Saúde. Além dos ministérios anteriormente citados foram feitas parcerias com ONG's nacionais e Instituições Religiosas. Com estas parcerias, o governo santomense pretende: apoio em dominar e disponibilizar maiores condições de acessibilidade, maior integração nos programas de formação, criação de atividades de lazer, promover ações que capacitem os pais e encarregados de educação, maior apoio aos grupos de docentes multidisciplinares, e não menos importante; a implementação de medidas que apoiem a inclusão de crianças e maior aprendizagem. Por último, a participação da família/educadores destes alunos com necessidades especiais torna-se essencial, uma vez que participação ativa dos mesmos pode gerar melhorias na aprendizagem dos educandos (ANSTP).

4.6 Projeto a ser apresentado à Parceria Global para a Educação com a UNICEF

Com a situação da pandemia mundial, o Ministério de Educação de STP, teve a iniciativa de criar um projeto, para conseguir fundos que pudessem assegurar a continuidade e qualidade da educação no país (PPGE, 2020). A entidade a qual foi feito o pedido foi à UNICEF. O projeto iniciou em junho de 2020, e a conclusão está prevista para novembro de 2021, sob o financiamento de 750 000, 00 dólares (USD). O projeto enquadrou-se na categoria de educação em situações de emergência/ crise. A mesma tinha quatro componentes nomeadamente: a primeira componente consistia em assegurar a aprendizagem contínua para todos os programas pedagógicos do pré-escolar, do ensino básico e educação inclusiva, a segunda componente visava assegurar apoio psicossocial

aos estudantes, professores e outro pessoal não docente, e controlar a propagação das doenças nas escolas. A terceira componente era garantir a reabertura das escolas, de forma segura e com medidas adequadas a situação da pandemia, a quarta e última componente garantir a proteção dos grupos mais vulneráveis, como as crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE), e as meninas e crianças com menos recursos durante a situação de crise e durante a reabertura das escolas (PPGE, 2020). Estas componentes tinham como objetivo geral a redução dos efeitos do coronavírus na vida das crianças. Além de apaziguar os efeitos do coronavírus, pretendia-se assegurar um ambiente de bem-estar e a proteção das crianças mais vulneráveis. Especificamente o Ministério da Educação tinha como objetivo manter a aprendizagem continua dos estudantes e a empregabilidade dos professores e outros membros do corpo docente. A implementação do projeto foi assegurada pela UNICEF e envolveu a participação do Ministério da Educação e Ensino Superior (MEES) na implementação e coordenação do projeto (PPGE, 2020). Em suma para garantir a aplicabilidade das componentes anteriormente mencionadas o MEES segue as recomendações da UNICEF, Organização Mundial da Saúde (OMS), UNESCO, e o Banco Mundial sobre manter as escolas abertas de forma segura e constante.

4.7 Project Appraisal Document

O Ministério de Educação, em parceria com o Banco Mundial criou o projeto que visava o empoderamento feminino, e uma educação de qualidade para todos (PAD, 2020). O mesmo iniciou em novembro de 2020, e tem previsão para concluir em dezembro 2025. Os principais contributos desta parceria são em algumas áreas nomeadamente: nutrição, educação, saúde, população, água, trabalho e proteção social. Com a situação da pandemia mundial, as escolas foram fechadas em março de 2020, levando a implementação do ensino a distância; algo que mesmo antes da situação pandémica STP não possuía meios para implementar. Para criar melhores condições ao empoderamento feminino em STP, foram feitos levantamentos onde se constatou que ainda existe uma enorme disparidade em relação a igualdade de género no país (PAD, 2019). Embora em 2007 STP tenha posto em prática a Estratégia para Igualdade e Equidade de género, a mesma não foi muito eficaz, pois a gravidez precoce, mortalidade materna bem como o abandono escolar continuam sendo alguns dos principais problemas das adolescentes no

país na faixa etária dos 15 aos 26 anos (PAD, 2019). Todavia, graças a estratégia, foi possível a criação da legislação, que permite a continuidade de estudos por parte das estudantes grávidas. Com lentidão na tomada de decisões, para desenvolvimento de políticas que fomentem a equidade de género, o Banco Mundial, consultores e outros doadores tomaram algumas medidas. Algumas destas medidas adotadas foram: grandes campanhas sobre saúde sexual e métodos contraceptivos para os rapazes e raparigas, escola segura e o combate à violência com base no género. Mesmo com estas iniciativas ainda existem alguns constrangimentos intrínsecos a nível estrutural, exemplificando: o fato das raparigas percorrerem longas distâncias para chegar à Instituição de Ensino, péssimas condições sanitárias nas suas habitações e em algumas escolas, escolas mal equipadas face às necessidades das raparigas, abusos e explorações sexuais nas escolas (PAD, 2019).

Como forma de solucionar estes problemas o Banco Mundial e outros doadores internacionais em parceria com o Ministério de Educação disponibilizaram métodos contraceptivos nas escolas, apoiaram as crianças de comunidades mais vulneráveis, e fizeram novas campanhas para promoção e a tentativa de inculcar na mente dos estudantes a positividade masculina, mantendo assim raparigas e rapazes unidos sem a discriminação e desigualdade com base no género (PAD, 2019). Além das medidas adotadas com os estudantes também outras foram adotadas para o corpo docente, como a qualificação de professores, criação de novas salas de aulas e compras de melhores equipamentos e materiais escolares, água potável e melhorias das condições sanitárias das escolas públicas. Por conseguinte, a Carta de Política Educativa (anteriormente descrita) foi de grande utilidade ao governo, uma vez que teve uma diretriz que os orientasse sobre os processos e a nova lei educativa de 2018, e como garantir uma educação de qualidade, com grande eficiência (PAD, 2019).

Com a pandemia o Banco Mundial e a UNICEF decidiram unir-se para auxiliar o Governo Santomense na criação de condições para assegurar o ensino à distância, bem como formar e orientar os docentes neste sentido. Também reforçou as medidas de higiene e proteção sanitária num investimento inicial de 2,5000 dólares para o Governo de São Tomé e Príncipe (PAD, 2019).

4.8 Programa de Apoio Integrado ao Sistema Educativo em São Tomé e Príncipe (PAISE-STP).

O Programa de Apoio Integrado ao Sistema Educativo em São Tomé e Príncipe (PAISE-STP), foi elaborado e implementado pelo Ministério de Educação e Ensino superior, em parceria com a Associação Marquês Vale Flôr (AMV), do Instituto Marquês de Vale Flôr (IMVF), pela Universidade de São Tomé e Príncipe (USTP), pela Universidade de Aveiro e a Universidade de Évora (IMV, 2020). Os principais objetivos desta parceria foram: formação inicial a professores, formação dos professores do ensino secundário, apoio à Região Autónoma do Príncipe no que concerne à docência nas áreas de Matemática e Língua Portuguesa. O orçamento deste projeto foi de 2.940.700, sendo o seu financiador o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P (IMV, 2020). Os beneficiários indiretos deste programa são os estudantes do ensino secundário; e os beneficiários mais diretos são os professores, dirigentes e técnicos dos serviços centrais do Ministério da Educação e Ensino Superior (MEES) (IMV, 2020). De forma geral este programa buscou contribuir para melhorias no sistema educativo em São Tomé e Príncipe (IMV, 2020).

Conclusão

Com a elaboração desta dissertação, foi possível concluir que as instituições internacionais detêm grande influência nas Políticas Educativas a nível mundial. Especificamente no caso de São Tomé e Príncipe, é nítido o quanto algumas das instituições anteriormente mencionadas contribuíram positivamente para mudanças nas Políticas Educativas e no ensino em geral. Foram notórias as alterações feitas no sistema de ensino santomense, após recomendações por parte destas organizações internacionais. Constatou-se em termos práticos que estas recomendações e ações de formação feitas durante as parcerias nos últimos 10 anos têm contribuído de forma gradual para o aumento dos estudantes nas Instituições de Ensino.

Uma das evidências das vantagens destas parcerias é o *Project Appraisal Document* anteriormente mencionado, que foi um projeto do Ministério de Educação, em parceria com o Banco Mundial, que buscou o empoderamento feminino, e uma educação de qualidade para todos (PAD, 2020). Embora seja recente em relação aos vários projetos de outras instituições, é um dos mais promissores, uma vez que foca muito na questão de igualdade e equidade de género, de forma a dar destaque e incentivar a participação contínua das estudantes no ensino. Outro projeto que, mesmo sendo recente, já tem apresentado resultados muito promissores é o Programa de Apoio Integrado ao Sistema Educativo em São Tomé e Príncipe (PAISE-STP), que foi de grande ajuda durante a época pandémica e possibilitou aos estudantes a assiduidade e continuidade do ensino a distância (IMVF, 2020). Também ajudou o Ministério de Educação e Ensino Superior de São Tomé e Príncipe a criar medidas de Segurança e Higiene nos estabelecimentos de ensino e nas delegações do Ministério.

Algumas fragilidades destas parcerias que se mostraram mais evidentes foi a grande dependência financeira e técnica, face a estas instituições, uma vez que as condições financeiras do país são poucas. Na parte técnica, o destaque foi a necessidade contínua de formadores para a instrução dos docentes e outros membros da delegação escolar do país em questão. Mas o principal ponto em questão foi como as políticas educativas que foram elaboradas em parceria com estas organizações foram ao encontro das necessidades de São Tomé e Príncipe, mas com maior foco nos interesses a nível educativo por partes destas organizações.

Em suma o Sistema Educativo em São Tomé e Príncipe tem tido melhorias significativas, mas ainda carece de certa autonomia, no que concerne as suas políticas educativas, seu próprio financiamento e técnicos especializados na área. Entretanto, foi notável o progresso que a Educação teve com estas Parcerias Internacionais.

Limitações

A elaboração de uma dissertação de mestrado, cujo o tema é centrado na área de educação abrange uma vasta gama de tópicos. Conseqüentemente, durante este trabalho tive algumas limitações no que concerne as informações sobre a educação em São Tomé e Príncipe. A maior parte das mesmas não se encontram disponíveis por meios eletrônicos, e existe grande burocracia no acesso as informações das parcerias/projetos/programas elaborados entre o país e Instituições Internacionais. Estes fatos tiveram alguma influência na recolha de informações e na quantidade de informações.

Constrangimentos

Durante a elaboração do trabalho, tive alguns constrangimentos com o tempo de recolha de informação (demorei a ter acesso as informações de São Tomé e Príncipe), na organização de informação conseguida, bem como de alguns termos mais técnicos encontrados nos documentos oficiais de São Tomé e Príncipe.

Bibliografia

Afonso, A. J. (2003). Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação. *Revista brasileira de educação*, (22), 35-46.

Antunes, Fátima (2001). Os locais das escolas profissionais: novos papéis para o Estado e a europeização das políticas educacionais. In: STOER, S.R. e outros (orgs.). *A transnacionalização da educação: da crise da educação a educação da crise*. Porto: Afrontamento. p. 165-210.

Banco Mundial (2020) *International Development Association Project Appraisal Document on A Proposet Grant. Girls Empowement and Quality Education For All Project*. Publicado dia 12 de novembro de 2020.

BARROSO (2006a). A investigação sobre a regulação das políticas públicas de educação em Portugal. In BARROSO, J. (Org.) (2006). *A regulação das políticas públicas de educação. Espaços, dinâmicas e actores*. Lisboa: Educa, pp. 9-39

BARROSO (2006b). O estado e a educação. A regulação transnacional, a regulação nacional e a regulação local. In BARROSO, J. (Org.) (2006). *A regulação das políticas públicas de educação. Espaços, dinâmicas e actores*. Lisboa: Educa, pp. 41-70

Barreto, Antônia (2012) “A reforma do ensino secundário em são Tomé e Príncipe. Apresentação do projeto Escola mais”. *Atas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspetiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica* (2012), 505-517. Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL), ISBN: 978-989-732-089-7. Consultado dia 10 de novembro. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3894/1/Barreto_STP_505_517.pdf

Barreto, A, Carvalho, C & Santos, F (2020) «Educação e Cooperação: Desafios de uma agenda global», *Cadernos de Estudos Africanos* [Online], 39 | 2020, posto online no dia

23 setembro 2020, consultado o 14 agosto 2021. URL: <http://journals.openedition.org/cea/4691> , DOI: <https://doi.org/10.4000/cea.4691>

Brito, B. (2004) "Turismo ecológico: uma via para o desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe", Tese de doutoramento. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa, Lisboa.

Centro Regional de Informação das Nações Unidas (2021) “Objetivo 4- Educação e Qualidade”. Consultado dia 24 de maio de 2021. Disponível em: <https://unric.org/pt/objetivo-4-educacao-de-qualidade-2/>

CEAUP (2008) “Educação em São Tomé e Príncipe”. República Democrática de São Tomé e Príncipe. Consultado dia 13 de novembro de 2020. Disponível em: https://www.africanos.eu/images/publicacoes/multimedia/PAG66_03.pdf

Diário da República (2014) “Estatuto Carreira Docente”. Governo de São Tomé e Príncipe. Decreto-Lei nº4/2014. Número 20. Publicado no Diário da República em 27 de março de 2014.

Diário da República (2018) “Lei de Bases do Sistema Educativo”. Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe. Lei n.º 4/2018. Número 14, Série I. Publicado no Diário da República em 18 de fevereiro de 2019.

Diário da República (2021) “Lei-Quadro de Educação Especial em São Tomé e Príncipe”. Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe Lei n.º 2/2021. Número 26, Série I. Publicado dia 26 de janeiro de 2021.

Grek, Sotiria, & Yedsen, Cristian (2021) “Onde a ciência encontrou a política: governando por indicadores e o programa INES da OCDE”. Globalização, Sociedade e Educação. Volume 19, 2021, 2ª Edição.

Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14767724.2021.1892477>

Instituto Marquês de Vale Flôr (2016) “Relatório Final do Estudo de Avaliação Externa à Reforma do Ensino Secundário de São Tomé e Príncipe (2009 – 2016)”. Instituto Marquês de Vale Flôr. Consultado dia 10 de agosto de 2021.

Instituto Marquês de Vale Flôr (2018) “Educação” São Tomé e Príncipe. Documento Informativo (2009-2018). Consultado dia 30 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2018/02/Doc.-Informativo-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>

Instituto Marquês de Vale Flôr (2020) “Relatório Anual 2020”. Instituto Marquês de Vale Flôr. Consultado dia 28 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2021/04/20210415-relatorio-anual-2020.pdf>

Instituto Marquês de Vale Flôr (2020) “Novo projeto de Educação em São Tomé e Príncipe” Publicado em 5 de fevereiro de 2020. Instituto Marquês de Vale Flôr. Consultado dia 28 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.imvf.org/2020/02/05/novo-projeto-de-educacao-em-sao-tome-e-principe-2/>

Instituto Marquês de Vale Flôr (2020) “Quem Somos”. Instituto Marquês de Vale Flôr. Consultado dia 28 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.imvf.org/#quemsomos>

Lima, M. C., & Maranhão, C. M. S. D. A. (2009). “O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva”. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), 14(3), 583-610.

Ministério da Educação e Ensino Superior (2019) “Carta Política Educativa (2019-2023)”. República Democrática de São Tomé e Príncipe. Consultado em 12 abril de 2021.

Ministério da Educação e Ensino Superior (2020) “Projeto a ser apresentado à Parceria Global para a Educação para um financiamento acelerado no montante de um milhão de dólares, no âmbito da dotação indicativa para subvenções a favor da República de São Tomé e Príncipe”. Estratégia do projeto COVID-19. Consultado dia 12 de abril de 2021.

Moreira, L. C. D. P., & Ranincheski, S. M. (2019). “Análise da internacionalização da educação superior entre países emergentes”. Revista Internacional de Educação Superior.

Ngaba, A. V. (2018). “Transnacionalismo e políticas educativas: o impacto do sistema educativo mundial nos sistemas educativos nacionais: o caso Angolano: 1975-2015”. Tese de Doutoramento. Faculdade de Educação e Psicologia. Setembro de 2017. Consultado em fevereiro de 2021. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/29434/1/Transnacionalismo%20e%20Políticas%20Educativas.%20O%20impacto%20do%20sistema%20educativo%20mundial%20nos%20sistemas%20educativos%20nacionais.pdf>

Relatório de Análise Sectorial em Educação (2018). República Democrática de São Tomé e Príncipe. Consultado em 12 de abril de 2021.

Rolim, Cássio (2020) «A Universidade nos PALOP: Que Espelho Mirar? Uma discussão tomando como exemplo a disciplina. Economia Regional e Urbana». Cadernos de Estudos Africanos [Online], 39 | 2020, posto online no dia 23 setembro 2020, consultado a 20 agosto 2021. URL: <http://journals.openedition.org/cea/4933> , DOI: <https://doi.org/10.4000/cea.4933> consultado dia 22 de Março de 2021.

Sorensen, T.B, Yedsen, C, & Robertison, S.L (2021) “A OCDE: ator, arena, instrumento”. Globalização, Sociedade e Educação. Volume 19, 2021, 2ª Edição. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14767724.2021.1882958> , consultado dia 22 de Março de 2021.